



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

## **Apontamentos Sobre o Racismo no Cotidiano Escolar**

Rosimeri Aquino da Silva

Professora FACED/UFRGS

rosimeri\_silva@ig.com.br

Vamos iniciar com alguns questionamentos: como os alunos identificam a discriminação racial? Há, entre alunos, uma reflexão “conceitual” sobre práticas racistas na sociedade brasileira? Qual é o entendimento sobre o tema? Há, entre eles, conhecimento histórico sobre o racismo no Brasil? E no restante do mundo? Eles têm lembranças de situações vivenciadas pessoalmente nas quais se desencadearam situações de discriminações fundamentadas na raça/etnia? Já ouviram, leram a respeito desse fenômeno social?

Com vistas a obter algumas respostas para os questionamentos iniciados, este trabalho versa sobre memórias de experiências pedagógicas nas quais a temática do racismo constituiu-se em mote de discussões, reflexões, leituras e debates em sala de aula. A partir desse tema gerador, propiciado especialmente na disciplina de Sociologia, procura-se analisar como jovens estudantes de diferentes graduações vivenciam e compreendem práticas racistas na sociedade brasileira contemporânea.

Tendo como base alguns argumentos de estudiosos dessa temática para as dinâmicas pedagógicas propostas em aula, discute-se aqui sobre a história, a cultura e os processos subjetivos que fixam lugares de raça, naturalizam discriminações e permitem contextos nos quais os insultos direcionados aos grupos sociais tidos como menos importantes tornem banalizados. Finalmente, procura-se argumentar a respeito do campo educacional como um lugar de fundamental importância para a constituição de representações do racismo, sejam aquelas que buscam sedimentá-las, sejam aquelas que buscam construir espaços de mudança e resistência.

Por cotidiano escolar entendemos os tempos e as diversas situações sociais ocorridas em instituições escolares, sejam elas destinadas à educação fundamental, sejam elas escolas de formação superiores. A sociabilidade e os próprios mecanismos de socialização (em termos sociológicos) ocorrem nos arredores das instituições, nas salas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

de aula, corredores, pátio, bibliotecas, auditório, sala de professores, gabinetes. Esse cenário lembra, de sobremaneira, territórios ocupados pelos ensinos Médio e Fundamental. Entretanto, essa disposição arquitetônica não é incomum nas instituições de ensino superior.

Nas diversas licenciaturas onde atuamos, onde foi possível estabelecer interlocuções entre conhecimentos sociológicos e conhecimentos das disciplinas de história, pedagogia, administração, geografia, pedagogia e educação física, por vezes se dava uma espécie de “borramento” entre as fronteiras que separam o Ensino Médio do Superior. Em parte pela juventude dos alunos, em parte pela similaridade nas construções e organizações dos prédios referidos e, finalmente, pela constatação de que as memórias de muitos alunos, quando acionadas para uma discussão sobre o tema da discriminação racial no Brasil, traziam lembranças do dia a dia na escola, desde o Ensino Fundamental até os primeiros semestres de seus respectivos cursos superiores onde, paradoxalmente, esse “problema”, de forma geral, era de uma invisibilidade e de um silêncio sobre os quais tentamos buscar significados.

Nas palavras de Munanga (1996, p. 213):

(...) outros racismos foram e são implícitos, não institucionalizados, objeto de segredo e tabu, submetidos ao silêncio, um silêncio criminoso. Quero me referir, como vocês devem ter captado pela mensagem camuflada no título, ao racismo brasileiro.

Um racismo, seguindo o argumento desse autor, não admitido, não percebido, e/ou, naturalizado. A banalidade de seus usos pode trazer consequências mais e/ou tão danosas quanto o racismo explícito. A banalização pode ser percebida, por exemplo, nas justificativas para o uso de piadas sobre negros ou a naturalidade com que ofensas dessa natureza são experienciadas em peladas de futebol, muitas delas promovidas em ambientes escolares.

Nas palavras de um professor de educação física: *“Os xingamentos são comuns, o tempo inteiro, e ninguém parece ficar ofendido, é comum chamar um ao outro de veadado, florzinha, macaco, macaquinho, tição, ou afirmar, só podia ser coisa de negão, também tem o uso de palavrões onde as mulheres são o alvo: chuta que nem homem,*



*ele parece uma mulherzinha, filho da puta, comedor de bagaço (denominação para as chamadas mulheres fáceis<sup>1</sup>)*”. Trata-se de “micro violências”, naturalizadas por palavras e gestos que parecem soar como brincadeiras, dizem de costumes discriminatórios históricos, são “pequenas” violências silenciadas, camufladas e banalizadas, encobertas por frases como “*eu estava só brincando*”.

Se admitirmos também a hipótese do autor acima citado de que discriminações são comuns em todas as culturas, (independentes de suas naturezas: de gênero, de raça/etnia, de sexualidade, de religião, de nacionalidade, de classe social, entre outras) cabe questionarmos sobre a invisibilidade da temática racial e especialmente sobre a dificuldade de reconhecimento de suas manifestações, como apontaram muitos alunos em frases como: “*Não sei, nunca vi nada!*”; “*Acho que era mais antigamente, hoje em dia não tem essas coisas*”; “*Negro, branco, todo mundo é igual!*”; “*No Brasil não tem racismo!*”; “*O Brasil é um país de muitas culturas por isso não tem discriminação*”; “*A princesa Isabel assinou a Lei Áurea em 13 de maio de 1888, os escravos foram libertados do regime de escravidão*”; “*Acho que cotas não são necessárias, aqui não, todos tem chance!*”; “*Cotas apenas aumentam o racismo, o negro deve conseguir chegar lá com suas forças e não com ajuda*”; “*Hoje em dia tem cotas para tudo, também quero uma pra mim!*”.

As frases acima citadas podem ser compreendidas como ressonâncias de muitos outros entendimentos sobre o tema, inscritos na nossa história. Vale lembrar a crença “(...) dos governantes brasileiros que por muito tempo se orgulharam de pregar na cena internacional a ausência do racismo no país” (HOFBAUER, 2006). Em um trabalho de conclusão de curso, uma aluna descreve sobre sua perplexidade frente aos depoimentos de vários professores (informantes de sua pesquisa) sobre a ausência de práticas racistas em suas escolas, muito embora, por outros meios (focas), era possível obter informações sobre alunos, professores, pais e funcionários preconceituosos que nestas escolas circulavam:

Pude notar que a discriminação do aluno negro, nas aulas de educação física, segundo os profissionais da área entrevistados, não existe, pois, de uma

---

<sup>1</sup>Utilizaremos itálico para destacar as falas e os escritos de alunos e professores sobre a temática deste texto. Neste fragmento há frases pronunciadas por pessoas diferentes, separadas por ponto e vírgula.



maneira geral, eles afirmam que os tempos e os pensamentos são outros (ATHAYDE, 2005).

Como é possível a elaboração de entendimentos como esses entre professores, políticos e tantos outros atores sociais? Muito embora especialistas e diversos segmentos da sociedade reconheçam que a desigualdade racial é um problema histórico no Brasil, frente à invisibilidade, o silêncio, a não percepção, ou frente às opiniões ambivalentes percebe-se que, ainda nos tempos atuais, o racismo é objeto de tabu. Ou então essas opiniões são entendimentos que ressoam sobre uma espécie de racismo institucional, um tipo de racismo que:

(...) designa um conjunto de atos enraizados em práticas rotineiras ou inscritos no funcionamento das instituições, que permitem manter uma raça num estatuto de inferioridade e de exclusão sem que o menor traço de racismo aflore na consciência daqueles que o praticam (JUNIOR, 2011, p.112).

Durante o percurso em que ministramos a disciplina de sociologia, percebemos que as opiniões dos alunos acerca de práticas racistas na sociedade brasileira oscilavam, ou melhor, elas pareciam dizer de uma ambivalência na forma de perceber e/ou analisar esse fenômeno social. Com efeito, notamos que, em algumas turmas (apesar de em um primeiro momento alguns estudantes falarem da inexistência do racismo no Brasil), muitos dos alunos responderam que ainda hoje há alguma forma de discriminação racial. Em meio a debates acalorados em sala de aula, também foram narradas muitas histórias vividas individualmente ou casos sobre a questão ocorridos com os amigos, histórias sobre algum conhecido da família. Em muitas das narrativas se fez uso da expressão “*eu ouvi falar*” e similares. Algumas frases são ilustrativas: “*Disseram-me que o Grêmio não aceitava negro no time*”; “*Ouvi falar que naquela rede de supermercados negros não conseguiam trabalho, nem para a cozinha, para a limpeza ou para carregar caixas*”; “*Meu avô contou sobre dois clubes na pequena cidade, um para os negros, outro para os brancos, tinha até placa na entrada informando*”.

Alunos também fizeram referências à ausência da temática racial de uma forma mais sistemática em seus currículos escolares, tanto no Ensino Fundamental, quanto nos primeiros semestres do Ensino Superior. A disciplina de história, segundo a lembrança



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

de alguns, trabalhou a temática racial de uma forma mais efetiva: “*Tinha um professor que falava bastante sobre a África*”. Eles também se lembraram de alguns eventos voltados para a celebração da cultura negra. Eventos pontuais, assim como os festejos escolares em torno do dia do índio, ou do dia da mulher, reveladores da ausência de estudos mais sistemáticos em torno dessas temáticas. Sobre esses aspectos, estudiosos da temática racial como Santomé (1995, p.160) e Gomes (2008, p.522) argumentam sobre a forte presença das culturas hegemônicas na definição dos currículos escolares. As culturas dos grupos minoritários ainda ocupam, de forma significativa, lugares de exceção, de estereotipia nos conteúdos de ensino ministrados.

A lembrança das denominadas minorias (negros, índios, mulheres) em dias específicos parece apenas reafirmar seu caráter de exceção, já que é algo que não altera os currículos escolares usuais dominantes. Currículos que contam a história a partir de um olhar branco, colonizador, patriarcal. Nas palavras de Bhabha, “(...) o discurso performativo do ocidente liberal, suas conversas e comentários cotidianos revelam a supremacia cultural e tipologia racial sobre as quais o universalismo do Homem se funda”. (1998, p. 328).

Como provocá-los para uma fala menos camuflada sobre a temática em questão? Como instigá-los a uma reflexão? Algumas leituras conjuntas com os alunos foram de fundamental importância com vistas a esse intento. Trouxemos um artigo de Chauí, onde esta autora fala sobre um lugar-comum acerca da ausência de práticas racistas na sociedade brasileira. Seríamos, segundo mitos historicamente constituídos, ordeiros, cordiais e democráticos nas nossas relações étnico-raciais. Entretanto, há inúmeros exemplos que refutam essa tese, exemplos trazidos inclusive pelos próprios alunos. Foi proposta a leitura do texto dessa autora em que destacamos o seguinte fragmento:

Ora, o fato de que no Brasil não tenha havido uma legislação apartheid, nem formas de discriminação como as existentes nos Estados Unidos, e que tenha havido miscigenação em larga escala, faz supor que, entre nós, não há racismo. O fato de que tenha sido necessária a promulgação da Lei Afonso Arinos e que o racismo tenha sido incluído pela Constituição de 1988 entre os crimes hediondos, deve levar-nos a tratar a suposição da inexistência do racismo num contexto mais amplo, qual seja, no de um mito poderoso, o da não-violência brasileira. Trata-se da imagem de um povo ordeiro, pacífico,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

generoso, alegre, sensual, solidário que desconhece o racismo, o sexismo, o machismo e o preconceito de classe, que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas, não discrimina as pessoas por sua posição econômico-social nem por suas escolhas sexuais, etc. (CHAUÍ, 2007)

A partir da leitura acima, foram propostas atividades de reflexão. Os alunos são orientados a relatar sobre alguma situação vivida, ouvida, assistida que ilustre o que eles consideram como preconceito racial. Também foram trazidas fotos antigas, da época do Brasil colonial de negros acorrentados. Estas imagens especificamente geraram risos em alguns jovens. Um aluno comentou: *“Bah, mas eram bichos! Ahaahahah!”*.

É importante assinalar que, mesmo diante dos avanços dos direitos das leis de proteção e/ou anti-raciais, algumas pessoas, assim como os alunos sorridentes acima citados, parecem não se ressentir em afirmar seu posicionamento racista. Pelo contrário, afirmam seus posicionamentos, mais ou menos filtrados, em tempos do “politicamente correto”: *“Não tenho preconceito, mas...!”*.

Também foram trazidos argumentos de Bhabha acerca do olhar racista. Esse autor afirma que as palavras: “olha, um negro!” ou “negro sujo!” não precisam ser ditas, elas aparecem em um olhar “(...)” ou são ouvidas no solecismo de um silêncio profundo; sempre e em qualquer lugar, que ouço um racista, ou flagro seu olhar (...)” (1998, p.326)

Um aluno, em uma conversa privada, após essa aula, disse que entendia perfeitamente o que o autor queria dizer. O jovem disse que nunca havia sentido na “própria pele” o preconceito racial, contou sobre uma de suas avós que trabalhara como doméstica e que, quando criança, dormia junto aos animais em uma fazenda de brancos no interior do Rio Grande do Sul, já que na opinião dos proprietários ela era uma “negrinha suja que fedia como os bichos”. Ao ouvir essa história, talvez seja correto admitir, conforme o dizer de Butler, a acepção de que “a sobrevivência das mulheres se dá através de narrativas” (2002, p. 157). Narrativas não oficiais, narrativas fora das normas históricas e hegemônicas de gênero, e, neste caso, também de raça.

O jovem aluno, referido no parágrafo anterior, afirmou que achava histórias como essa, contada pela sua avó, assim como outras histórias contadas pelos mais



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

velhos, por seus familiares negros, muito estranhas, pois, sempre frequentara “bons ambientes”, visto que seu pai era militar. Boas escolas, viagens, roupas de marca etc. até que em um dia... “(...) fui até a casa de um colega, um alemão, loiro de olho azul, meu amigo, quando entrei na casa, um tio dele do interior do Estado estava na sala, ele me olhou de um jeito estranho, senti medo, era um olhar que me congelava...” Essa narrativa foi feita fora de sala de aula, talvez por ser vergonhoso para um jovem, negro, gaúcho, admitir publicamente que sentira medo. Sua história pessoal se dá em outro tempo e em outro espaço, diferentes daqueles vividos pela sua avó, cujas histórias, dizia ele, “eram difíceis de acreditar”, no entanto, a experiência da discriminação racial vivida por ambos os aproximou.

Acerca do olhar racista, também foram trazidos comentários similares: “*todo mundo olha quando um negro bem arrumado entra em qualquer lugar*”; “*casais diferentes, negro com branca, negra com branco, chama muito a atenção*”; “*tem gente que faz uma cara estranha na presença de negros*”. Alguém comentou a respeito de uma escola de sua comunidade cuja diretora era negra. A mãe de um dos alunos matriculados demonstrou muita surpresa quando conheceu a diretora pessoalmente: “*Professora, ela nem disfarçava, olhava a diretora de cima abaixo*”.

A leitura e discussão de fragmentos dos textos referidos anteriormente parecem ter suscitado uma série de lembranças “racistas” entre os alunos. Oralmente e na forma escrita, foram narradas situações por eles presenciadas. Um aluno lembrou-se dos carregadores negros contratados por sua empresa, eles eram meninos “*pobres e mal arrumados*”. Na hora do almoço, no restaurante conveniado com a empresa, a operadora de caixa perguntou se eles tinham dinheiro para pagar a conta. Ficou surpresa quando soube que eles eram trabalhadores da empresa, comentou com este aluno que negros eram “*provalecidos*”. E, caso sobrasse comida no prato, os fazia lambem.

Alunos se lembraram de muitas situações de discriminação racial ocorridas em jogos de futebol, assistidos por telespectadores em rede nacional. Eles contaram sobre um jogo entre o Grêmio Futebol Porto Alegre e o Cruzeiro, válido pela “Copa Libertadores da América”. O volante cruzeirense Elicarlos acusou o argentino Maxi López (jogador gremista) de chamá-lo de “macaco” no primeiro tempo de partida. Depois do jogo, Elicarlos prestou queixa contra o rival na delegacia móvel dentro do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Mineirão (estádio de futebol de Belo Horizonte). Alunos comentaram que o episódio deixou admiradores do time gremista decepcionados, muito embora outros alunos tenham comentado sobre músicas racistas entoadas pela torcida organizada desse time.

Alunos afirmaram que é bastante comum associar a criminalidade aos negros, e alguns chamaram a atenção sobre a incapacidade de muitos negros se defenderem das humilhações. Como exemplo, uma aluna relatou sobre uma situação presenciada por ela em um hospital localizado em sua cidade de origem. Uma enfermeira foi tratar de uma paciente que estava em um quarto do Sistema Único de Saúde - SUS, o marido da paciente chamou a enfermeira de negra e disse que não aceitava que uma pessoa dessa cor aplicasse injeção na sua esposa. A enfermeira não respondeu à atitude, retirando-se do local, outra colega, uma enfermeira branca, atendeu a paciente no seu lugar. A degradação, a abjeção, como diz Butler,

reflete aquelas zonas inóspitas e inabitáveis da vida social, que são, não obstante densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito [...]. Este, então, é constituído através das forças de exclusão e de abjeção (Butler, 2001).

Por que a enfermeira negra não reagiu ao ataque racista? Teria ela vivenciado e incorporado em sua história de vida insultos como esses e, como consequência, também se sentiria não merecedora de respeito? Ou, a situação exigia bom senso e afastar-se do agressor foi a melhor atitude? Alunos elaboraram diversas explicações para a reação da enfermeira, prevalecendo à certeza de que: *“se tivesse acontecido comigo, não ficaria assim!”*.

Alunos também lembraram que, nos seus tempos de escola Fundamental e Média, o uso da expressão “negrice” era uma referência comum aos atos mal feitos, aos erros, às coisas feitas sem dedicação ou sem qualidade. Da mesma forma, nas situações de conflito, nas discussões, nas confusões de qualquer espécie (mesmo que nelas não estivessem envolvidas pessoas negras) estas situações eram chamadas de “negrada”. Os conflitos, seguidos de insultos, poderiam ocorrer na sala de aula e em outros espaços constituintes do cotidiano e do território escolar: no entorno da escola, no pátio, no recreio, nos corredores, nos banheiros. A ofensa racial estava em toda parte e, paradoxalmente, em lugar algum, visto a naturalidade e a não contestação de seu uso.

A ambivalência nas respostas dos alunos, nas atividades propostas, foi uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

característica permanente ao longo desses anos de trabalho. Alguns demonstravam uma grande indignação ao relatarem situações vivenciadas ou ao ouvirem outras histórias sobre discriminações raciais em nossa sociedade: “*que horror!*”, “*como é possível às pessoas agirem dessa forma?*”. Outros pareciam apenas cumprir com a tarefa proposta sem maiores envolvimento. Em alguns momentos, todos se colocavam contra o racismo, em outros, muitos encontravam justificativas para a manutenção do prestígio social branco.

#### Algumas considerações

Para finalizar, lembramos que os questionamentos com os quais iniciamos este texto buscaram sua primeira inspiração na leitura da aula de 17 de março de 1976, de Michel Foucault, especialmente a partir da hipótese de que a temática da raça, de acordo com seus estudos históricos, não desapareceu, mas sim, adquiriu novos contornos: “o tema da raça vai, não desaparecer, mas ser retomado em algo muito diferente que é o racismo de Estado” (1999, p.285).

Nessa aula, Foucault aborda a questão do Poder de Estado, especialmente a passagem de um poder soberano (fundamentado no direito de vida e morte dos indivíduos) para o que o autor denomina de Biopoder (pautado na regulamentação e controle da vida). O racismo, nesta perspectiva, foi o elemento fundamental para a elaboração de um entendimento sobre formas de dominação e controle das populações.

Ao centrarmos nossa reflexão nos micro espaços das salas de aulas por onde atuamos e em que a temática racial e suas derivações foram trabalhadas, Foucault é especialmente inspirador, na aula mencionada anteriormente, quando ele nos instiga a pensar que o racismo pode operar de diferentes maneiras. É importante perceber, nessa perspectiva, que o racismo encontra justificativas científicas, racionais, para, em última análise, funcionar como um mecanismo fundamental de dominação e poder.

Poderíamos pensar, a partir dessas considerações, que a forma ambígua de reconhecer o racismo na sociedade brasileira - o que fica muito evidente nas falas e produções escritas dos alunos - também nos diz de justificativas históricas, culturais e políticas que vêm colocando este grupo social (os negros) como um grupo inferior. Trata-se de uma longa história que vem sendo contada pelos saberes



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

hegemônicos desde o regime de escravidão, passando pela libertação e pelo higienismo, associada ao racismo explícito (a superioridade branca) e o racismo velado (o mito da democracia racial). O micro espaço da sala de aula pode nos dizer, em parte, sobre a forma como as diferenças entre negros e brancos foi e é constituída socialmente.

A reunião das palavras pronunciadas, escritas e discutidas pelos alunos em torno da temática racial, parece dizer acerca de muitas variantes de violências discriminatórias direcionadas aos negros. Violências sistemáticas, naturalizadas e banalizadas, de diferentes formas e de muitos efeitos danosos. Por exemplo, as violências físicas nas quais estão inscritas a possibilidade da morte, do medo e do terror, cujos dados vem sendo disponibilizados nos mapas da violência. E, as violências simbólicas presentes, paradoxalmente, na ausência de currículos e em pedagogias culturais da atualidade.

A discriminação racial pode operara partir de muitas roupagens, de outras performances (não exatamente a partir da exclusão física) e com grande eficácia, visto, por exemplo, a dificuldade das pessoas em, inicialmente, reconhecê-la. Em um segundo momento, se lembrarem de alguma situação sugestiva (“*é mesmo, nunca tive professores negros!*”) e, em um terceiro momento, admitirem que a discriminação racial seja algo presente, de fato, em nossa sociedade. Entretanto, segundo essa linha de argumentação, isso acontece por que: “*os negros contribuem para que ele exista*”; “*negros não se aceitam, quando tem dinheiro preferem casar com brancas*”; “*eles não querem nada com nada*”. Esses, entre outros tantos ditos, são saturados de uma espécie de efeito neutralizador, um efeito calmante frente aos ânimos acirrados em torno da discussão dessa temática.

É importante assinalar que não são todos os que concordaram ou aceitaram argumentos racistas, talvez, para esses alunos, em meio aos debates provocados pela temática, faltasse informações relevantes que poderiam desnaturalizar argumentos usuais, justificadores da discriminação racial, por isso a dificuldade da contra argumentação.

Educadores, assim como diversos estudiosos do campo humanístico, apontam que a abordagem pedagógica das questões que envolvem a diversidade social se constitui num dos mais importantes desafios da escola contemporânea. A temática racial e suas derivações, abordadas em sala de aula, trataram de preconceito, intolerância,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

incapacidades de convivência harmoniosa entre as diferenças. Aqui, temos a lembrança de que se abriu um leque: diferenças de gênero, de sexualidade, de classe social, de geração.

No micro espaço da sala de aula, os alunos podem ser acirrados com o tratamento desses temas candentes, especialmente se eles buscam provocar a desnaturalização das formas como estamos concebendo os diferentes grupos sociais, as pessoas, seus corpos, as diversas manifestações culturais, entre outros. As atividades propostas buscaram compreender sobre as maneiras como determinados mecanismos, ao longo de nossa história, serviram para valorização positiva de algumas culturas e a desvalorização de outras. Tratar como conteúdo curricular a violência e a opressão sofrida por grupos tidos como minoritários é uma urgência cada vez mais trazida pelas novas gerações às escolas, muito embora persistam nessas instituições (entre alunos, professores e saberes ministrados) representações hegemônicas, hierarquizadas e excludentes em torno desses grupos.

Referências:

ATHAYDE, A. L. *Preconceito racial relatado na escola por educadores do campo da educação física*. 2005. 56 f. Monografia de Conclusão. Faculdade Cenecista de Osório/FACOS, Osório. 2005.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BUTLER, J. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex*. New York: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_, J. *Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler*. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11634.pdf>> Data de acesso: 22/05/2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

\_\_\_\_\_, J. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". Tradução de TomazTadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: AutênticaEditora, 2001. p. 151-172.

CHAUÍ, M. *Contra a violência*. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/contraviolencia-por-marilena-chau>>Data de acesso: 13/03/2008

FOUCAULT, M. *Em defesa da Sociedade*: Curso no Collège de France (1975 - 1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.  
GOMES, N.L. *Descolonizar os currículos: um desafio para as pesquisas que articulem a diversidade étnico-racial e a formação de professores*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008.

HOFBAUER, A. *Ações Afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil*. São Paulo: Lua Nova, 2006.

JUNIOR, C. A. P. *Afeto e discurso racista*. Disponível em <<http://www.fundamentalpsychopathology.org/art/mar9/7.pdf>>Data de acesso: 19/05/2011

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T.T. da (Org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCHWARCZ, L. M.; QUEIROZ, R. (orgs.) *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996.